



Jovens agricultores do Oeste de Santa Catarina na encruzilhada: entre o rural e o urbano

Dilvan Luiz Ferrari¹, Milton Luiz Silvestro²,
Márcio Antonio de Mello³ e Vilson Marcos Testa⁴

Resumo – Este artigo discute as aspirações dos jovens rurais que vivem em unidades familiares de produção no Oeste de Santa Catarina. Constatou-se que o comportamento dos jovens está mudando em relação às alternativas que se vislumbram para construir sua trajetória profissional e buscar caminhos diferentes daqueles vividos por seus pais. A pesquisa mostra que permanecem no meio rural os jovens com menor nível de escolaridade, deixando uma pesada herança para a formação de uma nova geração de agricultores. As moças não estão mais dispostas a simplesmente reproduzir o papel de esposa e mãe, padrão outrora dominante na sociedade rural brasileira. Discute-se ainda o processo de migração e alguns aspectos determinantes da escolha da profissão dos jovens rurais, principalmente aqueles relacionados com a dinâmica de funcionamento do núcleo familiar.

Termos para indexação: jovens rurais, gênero, escolha profissional.

Young farmer at a crossway: between the rural and the urban choice

Abstract – This paper discusses the aspirations of the rural youths who live in family farms in Santa Catarina, Brazil. It is possible to notice a change in the youth's behavior in relation to the alternatives to build their professional course and the search for different ways from those experienced by their parents. It is shown in the research that the youths who stay in the rural environment are those who have lower level of formal education, which becomes a heavy burden for the formation of a new generation of farmers. The girls are not willing to simply reproduce the role of wife and mother anymore, a formerly dominant pattern in the Brazilian rural society. The migration process and what determines the professional choices of the rural youth, mainly those which are related to the dynamics of the familiar nucleus are also discussed.

Index terms: rural youth, gender, professional choice.

Introdução

Enquanto no passado os filhos de agricultores permaneciam maciçamente na agricultura, hoje rejeitam fortemente uma atividade que lhes parece mal remunerada e penosa, preferindo os horários fixos e as rendas regulares do salário nas cidades. Por esta razão, a saída de jovens filhos de agricultores familiares do meio rural em direção às cidades vem se intensificando

nos últimos anos. Mais do que constatar esta tendência, que ocorre na maioria das regiões onde predomina a agricultura familiar, procurar entender as razões desse processo é um desafio para estudiosos do mundo inteiro. Mesmo aqueles jovens que desejam seguir a profissão dos pais encontram no meio rural dificuldades que limitam suas escolhas, impelindo-os a buscar alternativas profissionais fora do meio rural e da agricultura.

Neste artigo, inicialmente discutem-se as aspirações dos jovens filhos de agricultores, demonstrando os conflitos que surgem entre o desejo expresso em seus sentimentos e a realidade objetiva que limita as escolhas para seu futuro profissional. Neste caso, observa-se o efeito da diferença de gênero, na medida em que as moças expressam um forte desejo de não continuarem a reproduzir o papel de suas mães como parte funda-

Aceito para publicação em 12/7/07.

¹Eng. agr., M.Sc., Epagri/Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar – Cepaf –, C.P. 791, 89801-970 Chapecó, SC, fone: (49) 3361-0600, e-mail: dilvanf@epagri.sc.gov.br.

²Eng. agr., M.Sc., Epagri/Cepaf, e-mail: miltons@epagri.sc.gov.br.

³Eng. agr., M.Sc., Epagri/Cepaf, e-mail: marcio@epagri.sc.gov.br.

⁴Eng. agr., M.Sc., Epagri/Cepaf, e-mail: testa@epagri.sc.gov.br.

mental da organização social da unidade de produção familiar.

A seguir, trata-se das questões relacionadas ao processo de saída dos jovens do meio rural. Analisam-se alguns determinantes que contribuem para a escolha da profissão, como a educação no meio rural, a diferenciação social e a precariedade das condições da unidade produtiva, além do viés de gênero nas relações familiares e no processo sucessório.

Método

Com base em duas pesquisas realizadas na Região Oeste de Santa Catarina, este texto discute questões relacionadas às aspirações e expectativas dos jovens agricultores quanto a seu futuro profissional, às diferentes estratégias familiares adotadas e aos conflitos que surgem quando da individualização das trajetórias de realização profissional; discute também como algumas questões determinantes interferem nesse processo, além da questão relacionada com o viés de gênero, que tende a acompanhar o processo sucessório e parece responder, em grande parte, pela severidade do êxodo das jovens agricultoras.

Na primeira pesquisa fez-se um estudo de caso, com informações coletadas no ano de 1997 através de entrevistas realizadas junto a 55 famílias rurais de um município do Oeste Catarinense, representativo da agricultura familiar. A segunda pesquisa foi realizada no ano de 2000, junto a 116 famílias rurais, em dez municípios desta mesma região. Para melhor compreensão das questões relacionadas à dinâmica interna das famílias e suas estratégias de reprodução social, nas duas pesquisas foram entrevistados, separadamente, em cada uma das famílias, os pais, um rapaz e uma moça, estes últimos com idade entre 15 e 30 anos.

Com o objetivo de melhor compreender as questões discutidas nesse texto, optou-se por analisar as respostas dos jovens de acordo com sua escolaridade, faixa etária e a situação socioeconômica da unidade familiar, estratificando-se os estabelecimentos em três categorias de renda: capitalizados, em transição e descapitalizados⁵.

Resultados e discussão

As expectativas dos jovens rurais

O futuro para os rapazes filhos de agricultores não se resume em continuar exercendo a mesma profissão dos pais. Este padrão moral, constatado por Abramovay et al. (1998), parece não se reproduzir entre os filhos das gerações mais recentes. Embora 71% dos rapazes entrevistados tenham manifestado seu desejo de continuar na agricultura como proprietários, desempenhando as atividades que aprenderam com os pais, quando se analisa a resposta dos jovens de diferentes faixas

etárias (Tabela 1), observa-se que este desejo já não está presente com a mesma intensidade entre aqueles jovens nascidos a partir das últimas duas décadas do século passado.

A grande maioria dos jovens com idade entre 25 e 30 anos manifestaram seu desejo de construir sua vida profissional na agricultura. Parece haver aqui uma forte associação entre sucessão hereditária e nível educacional. Os rapazes nesta faixa etária cursaram, em sua maioria, somente até a 4ª série do ensino fundamental. Enquanto os mais novos estão estudando – e, possivelmente, se preparando para deixar o meio rural –, os jovens com idade entre 25 e 30 anos não vêem perspectivas promissoras fora da agricultura⁶ e são os candidatos naturais à sucessão da propriedade dos pais⁷. Sua vida já está organizada em torno do estabelecimento familiar, as relações sociais estão construídas levando em consideração sua condição de agricultor. Além disso, sua preferência em permanecer na agricultura parece se apoiar na

Tabela 1. *Futuro profissional desejado pelos rapazes agricultores residentes no Oeste Catarinense. Julho de 2000*

Resposta	Faixa etária			Total
	13 a 18	19 a 24	25 a 30	
%.....			
Permanecer na agricultura como proprietário	55	72	85	71
Permanecer na agricultura com tempo parcial	3	0	7	3
Trabalhar e morar na cidade	33	19	4	19
Trabalhar na cidade e morar na propriedade	6	2	0	3
Ficar no meio rural trabalhando em atividades não-agrícolas	3	7	0	3
Outras respostas	0	0	4	1
Número de respostas	33	43	27	103

⁵Respectivamente, com renda superior a três salários mínimos por pessoa ocupada por mês, entre um e três salários mínimos por pessoa ocupada por mês e menor que um salário mínimo por pessoa ocupada por mês.

⁶Considerando o seu grau de instrução, 72% dos rapazes acham que têm as melhores oportunidades “no meio rural e na agricultura” e apenas 13% “na cidade, em atividades da indústria, de serviços e do comércio”.

⁷É comum o filho mais velho assumir o trabalho no estabelecimento agrícola. Conforme já identificaram Silvestro et al. (2001), diferentemente do padrão verificado até o final dos anos 60, ficam preferentemente na propriedade paterna, como sucessores, os filhos mais velhos.

percepção realista de que sua condição educacional não permite vislumbrar um futuro promissor fora do meio rural e da agricultura.

Já para os rapazes com idade entre 13 e 18 anos, que ainda estão cursando o ensino fundamental e médio, a perspectiva de permanecer na agricultura vem sendo substituída por novas possibilidades. Para estes jovens, filho de agricultor não será necessariamente agricultor, não se sentindo no compromisso de assumir o modo de vida dos pais. Enquanto 55% deles desejam ser agricultores no futuro, outros 33% desejam trabalhar e morar na cidade. Para estes, a agricultura é vista como uma escolha entre outras possibilidades, inclusive a migração ou a inserção em outros setores da economia no meio urbano.

Os rapazes, quando questionados sobre o seu futuro como agricultores, 62% dos filhos de agricultores capitalizados e apenas 22% entre os descapitalizados, disseram que gostam de ser agricultores e é certo que serão agricultores. Por outro lado, enquanto entre os filhos de agricultores capitalizados 14% preferem ter outra profissão e/ou não desejam ser agricultores, entre os descapitalizados 37% assim se manifestaram. Estas respostas mostram claramente uma forte associação entre pobreza e futuro profissional. Também aqui as diferenças aparecem de acordo com a idade dos rapazes: 48% dos jovens entre 25 e 30 anos e apenas 26% entre 13 e 18 anos disseram que gostam de ser agricultores e é certo que serão agricultores. Por outro lado, enquanto entre os primeiros nenhum disse que não deseja ser agricultor, entre os últimos, 27% não desejam ser agricultores e outros 18% preferem ter outra profissão.

O desinteresse das moças

As filhas de agricultores familiares têm um interesse na agricultura muito aquém daquele demonstrado pelos rapazes. Apenas 39% delas desejam permanecer na agricultura como proprietárias,

Tabela 2. *Futuro profissional desejado pelas moças agricultoras residentes no Oeste Catarinense. Julho de 2000*

Resposta	Faixa etária			Total
	13 a 18	19 a 24	25 a 30	
%.....			
Permanecer na agricultura como proprietária	25	38	53	39
Permanecer na agricultura com tempo parcial	7	3	7	6
Trabalhar e morar na cidade	53	29	33	38
Trabalhar na cidade e morar na propriedade	9	18	0	9
Ficar no meio rural trabalhando em atividades não-agrícolas	4	12	7	8
Outras respostas	2	0	0	0
Número de respostas	53	34	15	102

enquanto que 38% desejam trabalhar e morar na cidade (Tabela 2). Essa diferença se acentua ainda mais naquelas famílias de agricultores mais pobres: apenas 28% das moças que vivem em unidades descapitalizadas têm o desejo de ser agricultoras, enquanto que 50% gostariam de trabalhar e morar na cidade.

O padrão anterior, em que às moças cabia reproduzir o papel de suas mães dentro da unidade familiar de produção (Abramovay et al., 1998), parece estar esgotado. Dentre as moças com idade entre 13 e 18 anos, apenas 25% manifestaram desejo de seguir na profissão de agricultora e, por outro lado, 53% gostariam de trabalhar e morar na cidade. O desejo de permanecer na agricultura aparece mais fortemente na faixa de idade superior aos 25 anos. Para estas, a possibilidade de buscar alternativas de vida parece mais remota, mesmo porque, dentre as entrevistadas nessa faixa de idade, nenhuma descartou a agricultura para sua realização profissional. Ao contrário, 40% delas afirmaram com absoluta certeza que permanecerão como agricultoras no futuro.

No grupo das jovens com idade entre 13 e 18 anos, a certeza quanto a sua realização profissional na agricultura cai para 14%. Muitas delas (22%) ainda não pensaram sobre o seu futuro, mas a maioria

(41%) garante que não pretende seguir a mesma profissão dos pais.

Essas afirmações e o desejo demonstrado pelas moças (Tabela 2) permitem identificar uma importante mudança comportamental entre duas gerações que têm 10 anos de diferença. As jovens adolescentes vislumbram muito mais outras possibilidades de vida do que aquelas vividas por suas mães.

Uma questão considerada decisiva, intimamente relacionada com o desinteresse das moças pela agricultura, é a penosidade do trabalho associada às atividades na lavoura. Talvez esta razão explique a preferência de algumas moças entrevistadas pelo casamento com rapazes de fora do meio rural. Díaz Méndez (1998) também constatou que as jovens rurais da Espanha procuram realizar o matrimônio com rapazes de fora do meio rural como “uma ponte para a cidade”, estratégia incentivada pelas próprias mães.

Quando solicitadas a indicar quais os dois problemas que mais dificultam ser agricultora, a resposta com maior frequência (30% das moças) foi: “o trabalho na agricultura é muito sofrido, pesado, cansativo”. O afastamento das operações de trabalho ligadas à atividade agrícola é confirmado pela resposta de 60% das moças que disseram concentrar suas ativida-

des “nos trabalhos domésticos e só esporadicamente na lavoura e criações”. Ao serem excluídas do processo produtivo, também lhes é subtraída a possibilidade de participação social, isolando-as no recesso privado do lar (Panzutti, 1996). Se a vida no campo não envolvesse uma carga de trabalho tão pesada, é possível que o horizonte das moças fosse diferente, pois 43% delas gostariam de trabalhar ou em atividades diferentes daquela dos homens ou em atividades não-agrícolas. Se no passado o trabalho era visto como virtude étnica dos agricultores familiares – “o trabalho adoçava a vida” –, atualmente há uma reavaliação desta percepção, principalmente com relação às moças – agora “o trabalho estraga o corpo” (Renk, 2000).

Essas constatações compõem uma questão intrigante: por que razão as moças deixam o campo numa proporção maior que os rapazes? Primeiro, as oportunidades no mercado de trabalho urbano e a expansão do setor de serviços, tanto em residências como no comércio e indústrias, oferecem às moças perspectivas novas e diferentes do papel tradicional de mãe e esposa, condição que é corroborada pelo seu melhor nível educacional. Em segundo lugar, a própria dinâmica interna das unidades familiares de produção, fortemente enraizada na tradição patriarcal, na qual as perspectivas de continuarem na atividade agrícola e serem os sucessores são mais favoráveis aos rapazes, e o próprio papel subalterno que é reservado às moças nestas famílias de agricultores, com inexpressiva participação na organização produtiva e nos processos decisórios.

Em suma, pode-se dizer que existe uma importante aspiração de continuidade na agricultura familiar por parte dos rapazes com idade entre 19 e 30 anos – mesmo os que vivem em unidades que não chegam a gerar sequer a renda necessária à reprodução familiar – e uma visão bastante negativa a respeito deste horizonte profissional para a maioria das moças. Os filhos das famílias de maior renda

encaram a permanência na agricultura como promissora, e isso é bem mais nítido entre rapazes do que entre moças. O preocupante é que parece haver uma associação forte entre a escolha profissional em torno da agricultura familiar e um nível de educação especialmente precário por parte dos que encaram como desejado este futuro.

Quem deixa o meio rural?

O trabalho de Ferrari (2003) mostrou que nos anos 90 houve uma forte tendência de redução das ocupações rurais em Santa Catarina, com um predomínio da saída de jovens do meio rural buscando oportunidades de trabalho nas cidades. Neste trabalho estimou-se que, somente na década de 90, aproximadamente 75 mil jovens abandonaram a agricultura e o meio rural da Região Oeste Catarinense. O autor aponta a baixa remuneração da agricultura e a falta de terra como forças de expulsão, como fatores de esvaziamento do meio rural. Certamente outras razões, que não de ordem econômica, também levam os jovens a migrar: resistência paterna em aceitar as sugestões dos filhos (Woortmann, 1988), dependência do “pai-patrão”, serviço de “escravo”, posição de subalternidade do colono (Renk & Cabral Jr., 2002) e o desejo de estudar, seguir outra carreira profissional.

No ano de 2000, no Oeste Catarinense, o número de rapazes na faixa de idade entre 15 e 24 anos era 16,7% superior ao número de moças, sendo que a masculinização da população rural aumenta expressivamente entre os jovens de 15 a 19 anos em relação ao ano de 1991⁸. O envelhecimento e a masculinização da população rural acabam por expressar o seu próprio declínio. Este se reforça na medida em que 29% dos estabelecimentos familiares da região ou não tem sucessores ou apenas um filho (ou filha) mora com os pais, ameaçando a continuidade destes no processo produtivo (Silvestro et al., 2001). Por outro lado, significa que os filhos (ou filhas) dos agricultores buscaram

fora da agricultura e do meio rural – em muitos casos, fora da própria região – oportunidades de trabalho que atendessem às suas aspirações pessoais, no campo profissional, econômico, cultural ou social.

Pesquisas recentes (Abramovay et al., 1998 e Silvestro et al., 2001) apontam a existência de uma forte migração juvenil, sobretudo feminina. Constatou-se que “as moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes”. Numa amostra com 116 famílias de agricultores, identificou-se que 176 jovens haviam deixado a propriedade paterna, dos quais 103 eram moças e 73, rapazes. Além disso, enquanto 39% das moças saíram com idade entre 16 e 18 anos, entre os rapazes somente 19% o fizeram nesta mesma faixa de idade.

Pode-se apontar pelo menos dois fatores básicos que afetam as aspirações profissionais dos jovens agricultores do Oeste Catarinense: primeiro, a formação educacional, já que há fortes indícios de que ficam na propriedade paterna os jovens com menor nível educacional, condição que por si só reduz sobremaneira as possibilidades de inserção no mercado de trabalho urbano. O contraste é nítido: dos jovens que saíram da propriedade paterna para instalar novas unidades produtivas no meio rural, 69% tinham somente até a 4ª série do ensino fundamental, condição educacional presente para apenas 36% daqueles que seguiram para as cidades; em segundo lugar, a renda gerada na unidade de produção familiar. Em pesquisas recentes realizadas na região, constatou-se que, de 95 jovens que saíram do estabelecimento familiar para trabalhar no meio urbano, 8 eram oriundos de unidades capitalizadas, 34 em transição e 53 descapitalizadas. A relação entre o tipo de estabelecimento familiar e o número de jovens que saíram permitiu identificar que saiu em média 0,4 jovem por estabelecimento capitalizado, 0,7 jovem por estabelecimento em transição e 1,1 jovem por estabelecimento mais pobre. Para as famílias de

⁸Para o ano de 2000, a proporção da população rural masculina supera numericamente a feminina em 9,4% no Oeste do Estado. ►

menor renda – em geral com pouca terra e de baixa qualidade – são precárias as perspectivas de reprodução com base em atividades agrícolas, sendo a migração para cidades em busca de trabalho uma alternativa mais promissora, apesar dos riscos e dificuldades.

As estratégias não-agrícolas

Num contexto onde os componentes da família não são absorvidos pela produção agrícola, a busca por trabalho fora do meio rural e, sobretudo, a migração passam a fazer parte das estratégias de vida dos jovens filhos de agricultores familiares. Estes vêm nas cidades melhores condições para ganhar seu próprio dinheiro, mais oportunidades para estudar e melhor remuneração do trabalho.

Na região estudada, “morar na propriedade e trabalhar fora” é uma estratégia presente em 23% dos estabelecimentos familiares, independentemente do nível de renda das famílias rurais, demonstrando que a procura por trabalho em outras atividades fora da unidade de produção não está exclusivamente vinculada à sua condição de pobreza. Dos entrevistados, 19% das moças e 25% dos rapazes desenvolvem trabalhos agrícolas e não-agrícolas fora da propriedade onde residem. O assalariamento ou trabalho autônomo de uma pessoa da família está presente em 14% das unidades familiares rurais.

Muitas vezes, por não encontrarem oportunidades em trabalhos não-agrícolas, os rapazes, em especial, acabam fazendo trabalhos em outros estabelecimentos agrícolas da própria comunidade em que vivem. No entanto, outros jovens filhos de agricultores buscam oportunidades de trabalho migrando em direção às cidades ou, então, continuam morando na propriedade paterna e se deslocam diariamente até os centros urbanos próximos para trabalhar nas indústrias locais. A propriedade para esses jovens continua a ser extremamente importante, pois é o seu “porto seguro”. Aliás, na

maioria dos casos, os jovens se submetem a condições de baixa remuneração justamente por manterem ainda uma relação de dependência com o estabelecimento paterno, já que é comum em suas visitas periódicas retornarem da casa dos pais com alimentos que os ajudarão em suas despesas mensais.

Neste aspecto, normalmente os trabalhos desempenhados por estes jovens não exigem grandes qualificações profissionais e nem um alto nível de escolaridade. O menor nível de escolaridade das pessoas que vivem no meio rural representa um limite na disputa pelo mercado de trabalho no setor industrial e de serviços, pelo menos naquelas ocupações de maior qualificação e, por conseguinte, maior remuneração. Por outro lado, observa-se que muitos empregadores urbanos preferem os jovens filhos de colonos por apresentarem um *habitus* de trabalho e um capital incorporado da campestinidade (auto-exploração) que os acompanha em sua trajetória além do espaço rural. Esta é uma das razões que fazem com que algumas agroindústrias locais coloquem à disposição dos jovens meios de transporte que passam pelas comunidades rurais para levá-los diariamente até o local de trabalho.

Os jovens rurais conseguem encontrar trabalho em ocupações como as de garçom, operários nas agroindústrias, em confecções, na construção civil, empregadas domésticas ou balconistas no comércio. Como enfatizou Dirven (2000), estas ocupações representam mais uma condição de “refúgio” do que propriamente uma mudança na trajetória profissional capaz de significar ascensão econômica. Para as moças, o trabalho pode significar sair da reclusão do mundo doméstico, buscando uma atividade profissional que lhe defina uma identidade própria e também uma janela para a condição de estudante, com o objetivo de construir sua vida fora da agricultura e do meio rural.

Há que se considerar, entretanto, que a inserção no mercado

de trabalho urbano representa uma ampliação das escolhas para os jovens rurais, principalmente porque, ao longo dos últimos 20 anos, o setor primário vem mostrando uma reduzida capacidade de abertura de novas ocupações e postos de trabalho.

Considerações finais

Os jovens rurais já não identificam na profissão de agricultor a escolha natural para realizar seus projetos de vida, como acontecia algum tempo atrás. Isto é mais evidente entre os adolescentes de 13 a 18 anos, principalmente entre as moças, que em sua maioria têm aspirações de construir seu futuro profissional fora da agricultura, o que quase sempre significa sair do meio rural. Os filhos de agricultores na faixa de idade acima dos 25 anos são os candidatos naturais à sucessão no estabelecimento do pai. Estes encontram em seu baixo nível de escolaridade os limites para o pleno exercício de atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural. É fundamental uma política educacional rural que resgate o atraso escolar desses jovens preparando-os e formando uma nova geração de agricultores capazes de enfrentar os futuros desafios da agricultura familiar.

O ofício de agricultor, ao contrário da maioria das outras profissões, é obtido no seio da unidade doméstica e das relações sociais. Assim, um rapaz ou uma moça com 18 a 20 anos de idade já domina a profissão que foi aprendida desde a mais tenra idade. Desta forma, a agricultura familiar entrega este “capital” para a sociedade sem receber qualquer contrapartida. Assim como o poder público investe na capacitação e formação dos jovens urbanos, há necessidade de construir uma política pública para os jovens rurais que desejam permanecer na agricultura, levando em conta sua heterogeneidade e suas expectativas. Seguir uma profissão diferente da dos pais não deve estar condicionado a deixar o convívio do

lar. Para tal, é urgente construir no espaço rural as condições mínimas de cidadania, como educação, saúde, moradia e lazer. Além disso, as atividades econômicas dos outros setores da economia, especialmente atrativas para as moças, não devem permanecer restritas ao espaço urbano, com o fim de oportunizar aos jovens rurais desenvolver outras atividades além daquelas estritamente agrícolas, contribuindo assim para a dinamização social e econômica do espaço rural.

Literatura citada

1. ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; CORTINA, N. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos*
2. DÍAZ MÉNDEZ, C. Modelos de inserción sociolaboral de las jóvenes rurales. *Papers: Revista de Sociologia*, Oviedo, ES, n.54, p.113-128, 1998.
3. DIRVEN, M. Empleo rural, grupos etarios y género. In: OFICINA DE ATUALIZAÇÃO TEMÁTICA, 2000, Londrina, PR. *Ornas, ocupações rurais não-agrícolas: Anais...* Londrina, PR: Iapar, 2000. p.55-65.
4. FERRARI, D.L. *Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina*. 2003. 190p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.
5. PANZUTTI, N.P.M. *Mulher rural: padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998. 101p.
6. RENK, A. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000. 440p.
7. RENK, A.; CABRAL JUNIOR, V.A. Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste catarinense. *Esboços*, Florianópolis, v.10, p.9-28, 2002.
8. SILVESTRO, M.L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M.A. et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 124p.
9. WOORTMANN, K. *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral*. Série Antropologia. Brasília: UnB, 1988.



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Epagri Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. SANTA CATARINA



Assine a revista Agropecuária Catarinense – RAC – e tenha informações precisas e seguras para o seu agronegócio.

Preço da assinatura **Um ano: R\$ 22,00** **Dois anos: R\$ 42,00** **Três anos: R\$ 60,00**

Como ser assinante da Agropecuária Catarinense?

É fácil. Basta preencher o cupom abaixo e escolher sua forma preferencial de pagamento.

- Cheque nominal à Epagri
 Depósito na conta Epagri nº 85020-9 do Banco do Brasil, Agência 3.582-3

É importante enviar, via fax, comprovante de depósito bancário à Epagri

Nota: O código identificador solicitado pelo banco é o CPF ou CNPJ do remetente.

Revista Agropecuária Catarinense – RAC

Caixa Postal 502, 88034-901 Florianópolis, SC
Fone: (48) 3239-5595 e 3239-5535, fax: (48) 3239-5597
E-mail: rac@epagri.sc.gov.br



Nome: _____
 Endereço: _____
 Município: _____ CEP: _____ Estado: _____
 Bairro: _____ Caixa Postal: _____ Fone: _____
 Fax: _____ E-mail: _____
 Atividade principal: _____
 Data: _____ Assinatura: _____